

FOGO CRUZADO

RENATO ALVES
GUILHERME GOULART
DA EQUIPE DO CORREIO

O coronel Alberto Fraga (DEM) saiu atirando. Ele deixou a Secretaria de Transportes sem poupar críticas ao Ministério Público e sem esconder a insatisfação com a exoneração do coronel Antônio José Serra Freixo do comando da Polícia Militar, motivo da sua saída do governo do DF. "Me senti chateado, magoado", afirmou. Fraga garantiu que vai reassumir hoje o mandato de deputado federal e que não se arrepende "em nenhum momento" de ter indicado Antônio Serra para o cargo de comandante-geral da PM. "O coronel Serra é um homem de bem. Aquelas denúncias do Ministério Público não representam nada", provocou.

O promotor Nísio Edmundo Tostes Ribeiro Filho, do Ministério Público Militar, rebateu. Segundo ele, as denúncias de improbidade administrativa e de manter na função policiais militares condenados pela Justiça, que derrubaram o comandante da PM, "foram baseadas em provas concretas fornecidas pela própria Polícia Militar" (leia quadro).

Ao deixar a secretaria, Fraga defendeu os PMs condenados pela Justiça comum e mantidos por Serra. "Todos merecem uma segunda chance. Não se pode punir um militar com 25 anos de serviços por causa de um único crime." Com o broche da Câmara dos Deputados substituindo o do GDF, ele entregou o cargo oficialmente ao vice-governador Paulo Octávio, presidente do DEM-DF. Na frente dos jornalistas, Paulo Octávio insistiu para o colega de partido rever a posição: "Recebo a carta, mas quero que você faça uma reflexão melhor, para que fique conosco pelo governo por mais anos".

Paulo Octávio foi ao gabinete de Fraga a pedido do governador Arruda, que acionou ainda o deputado federal Rodrigo Maia (DEM-RJ) para trabalhar como interlocutor na tentativa de convencer o colega a voltar atrás. Arruda considera Fraga um dos seus secretários mais atuantes, além de fundamental no projeto Brasília Integrada, de remodelação do transporte público. Com a recusa de Fraga, Paulo Octávio anunciou que o secretário-adjunto, Júlio Urnau, assume a pasta e o nome definitivo deve ser definido nos próximos dias.

Arruda, que ontem cumpriu normalmente a agenda — diferentemente do dia anterior, quando cancelou tudo em função da crise na PMDF —, se recusou a comentar a saída de Fraga e a troca de comando na PM. O novo comandante da corporação, coronel Antonio Cerqueira, também evitou a imprensa. Por meio da assessoria, alegou que passou o dia em reuniões. Nenhuma mudança foi anunciada.

Breno Fortes/CB

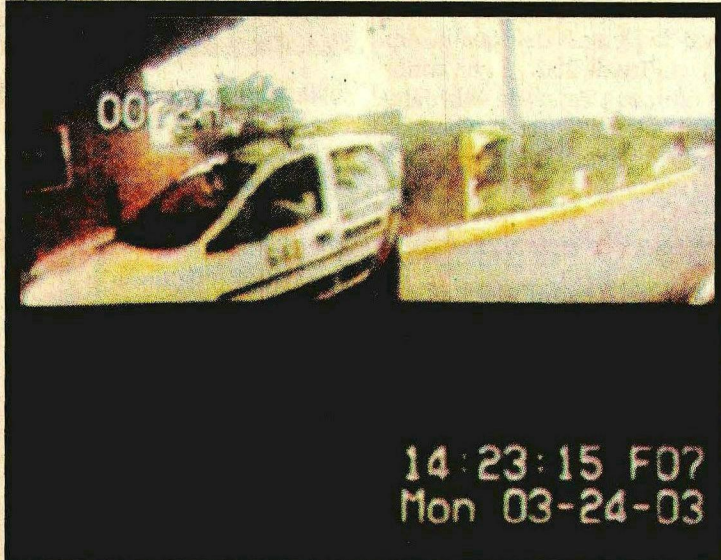


INCONFORMADO COM A DESTITUIÇÃO DE SEU APADRINHADO NO COMANDO DA PM, FRAGA ENTREGOU A CARTA AO VICE-GOVERNADOR, PAULO OCTÁVIO: DEMISSÃO

Gustavo Moreno/Especial para o CB



Reprodução Circuito Interno - 24/3/03



INDICADO POR FRAGA, SERRA FOI DENUNCIADO POR MANter PMs CRIMINOSOS NA FUNÇÃO E POR IMPROBIDADE: MP MOSTROU USO PARTICULAR DE CARRO OFICIAL

IMPUNIDADE

1.873
PROCESSOS

contra policiais militares por crimes que variam de corrupção a tentativa de homicídio estão parados na Corregedoria da PM. Um terço das sindicâncias abertas desde 2003 não foi concluído

Comando amigo

Alberto Fraga não explicou por que não entregou o cargo a Arruda. Disse apenas que não falou com o governador ontem. Logo em seguida, virou a artilharia para os integrantes da Promotoria de Justiça Militar no DF. "Vou mandar um recado ao Ministério Público Militar: eles deveriam cuidar da vida deles. Doutor Nísio Tostes, vá fazer seu dever de casa. Quando há um crime militar, a competência é da Polícia Militar fazer o inquérito. E eles (os promotores), que deveriam ter esse cuidado, porque são fiscais da lei, não se preocupam, porque têm medo da Polícia Civil", bradou.

Os promotores militares denunciaram a lentidão do trabalho feito pela Corregedoria da PM. Após uma inspeção em dezembro do ano passado, descobriram que um terço das sindicâncias instauradas desde 2003 não foi concluído. Há atualmente 1.873 processos parados na Corregedoria, contra policiais militares envolvidos em crimes que variam de corrupção a agressões e tentativa de homicídio. O levantamento acabou em um relatório encaminhado ao governador José Roberto Arruda, que exonerou o coronel Antônio José Serra. O ex-comandante-geral da corporação havia sido indicado por Fraga.

A ofensiva de Fraga contra o Ministério Público chegou rapidamente aos promotores militares. Nísio Edmundo Tostes Ribeiro Filho, o único promotor nominalmente criticado ontem pelo ex-secretário de Transportes do DF, disse que "lamenta" as declarações do coronel reformado. "O deputado Alberto Fraga possui imunidade parlamentar e pode falar o que quiser. Não podemos nem processá-lo. Mas tudo o que fizemos encontra legitimidade na Constituição Federal", afirmou Tostes.

O promotor também reiterou as atribuições da Promotoria de Justiça Militar. "Tudo o que foi feito está baseado em provas", lembrou Tostes. Segundo ele, a promotoria tem como função apurar denúncias de improbidade administrativa, de crimes militares e, mais recentemente, a de investigar atos indisciplinados. "É a nossa atribuição constitucional e estamos apenas cumprindo o nosso papel. Não há nada de errado nisso, pelo contrário", resumiu Tostes.

ENTENDA O CASO

Condenados, mas de farda

O coronel Antônio José Serra Freixo assumiu o comando da Polícia Militar em 12 de janeiro de 2007. Ele foi indicado pelo então recém-nomeado secretário de Transportes, Alberto Fraga, deputado federal e coronel da reserva da PM que tem como base eleitoral a corporação.

Antônio Serra foi exonerado

do comando na manhã de quarta-feira. O governador José Roberto Arruda tomou a decisão na terça-feira, após ser informado do relatório da Promotoria de Justiça Militar do DF em que Serra é acusado de acobertar PMs envolvidos em diversos crimes. No mesmo dia, Fraga foi chamado para reunião com Arruda, quando soube da troca de comando. Fraga mostrou irritação.

A denúncia do Ministério Público mostra que, de 16.756 policiais militares, 1.276 (7,6%)

são acusados de envolvimento em crimes. Pelo menos oito foram julgados e condenados pela Justiça Militar ano passado, mas Serra decidiu mantê-los nas fileiras da instituição.

Além disso, Serra é acusado de improbidade administrativa. Segundo o MP, ele teria usado homens e carros da PM na construção da casa onde mora, no Condomínio Solar da Serra (Lago Sul). Os promotores exibiram até fotos mostrando carros da polícia entrando no condomínio.

Na decisão de Arruda, pesaram também os últimos episódios de violência envolvendo policiais militares. Onze PMs participaram de ocorrências que resultaram na morte de cinco pessoas, entre elas três rodoviários, nos últimos 15 dias.

Em entrevista coletiva, após deixar o comando, Serra negou as acusações. Ele passou o cargo, na tarde de quarta-feira, ao coronel Antonio José de Oliveira Cerqueira, que cuidava da segurança do vice-governador, Paulo Octávio.